

Of.GT.HU/017/01102020

São Paulo, 01 de outubro de 2020.

Ao

Conselho Deliberativo do Hospital Universitário

Hospital Universitário

Universidade de São Paulo

Assunto: **solicitações de informações.**

Senhora(e)s Conselheira(o)s do Conselho Deliberativo do HU
(CD-HU),

O Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Superintendência do HU, por meio da portaria nº 1053 de 10 de junho de 2020, tem se debruçado sobre questões relevantes para a garantia da saúde e da vida das pessoas que trabalham no Hospital Universitário, assim como da sua estrutura e do seu funcionamento. Para cumprir este pressuposto, entendemos que, dentre as funções do GT, está a proposição e o acompanhamento de ações durante o período da pandemia de Covid-19.

O GT ofereceu ao Conselho e à Superintendência proposições interessantes e efetivas, que contribuiriam para a adoção de parte das medidas necessárias para o bom funcionamento do Hospital. No entanto, alguns questionamentos permaneceram ou emergiram a partir da mensagem enviada pela Superintendência em 01 de setembro, os quais passamos a elencar a seguir:

1. Sobre plano de testagem

Entendemos que se estabeleceu uma política de testagem da(o)s funcionária(o)s com frequência mensal, seguindo rotina utilizada no HC. No entanto, a exequibilidade do plano proposto depende de insumos. Perguntamos: quais medidas foram tomadas para garantir a frequência de testagem desejada? Qual a previsão para início do plano de testagem? Como será feito o escalonamento para testagem de todas as pessoas? O plano pressupõe um mapeamento de casos para balizar medidas de segurança, tais como, afastamentos e mudanças de procedimentos para uso de EPIs nas diferentes áreas do hospital? De que forma e para quem os resultados globais deste controle epidemiológico com periodicidade mensal serão comunicados e divulgados?

2. Sobre EPIs

Gostaríamos de ter acesso ao controle da disponibilidade, distribuição e acompanhamento do uso dos EPIs pela(o)s funcionária(o)s do hospital, bem como pela(o)s residentes e estagiária(o)s, considerando aspectos de segurança de trabalho aliados às questões dos custos. É necessário constante acompanhamento da aquisição e disponibilidade de EPIs, de modo a garantir um estoque de segurança desses para a adequada continuidade dos trabalhos do HU. Assim, tais dados devem ser divulgados para todas as pessoas que trabalham e são atendidas pelo HU.

O documento "*RECOMENDAÇÕES PARA ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO MOMENTO DE EPIDEMIA (COVID-19) CCIH/HU-USP (01/09/2020) – VERSÃO 8*" no seu item "1) *Uso de EPI*" traz redação de documentos anteriores, desconsiderando recomendações feitas pelo GT. Dentre as recomendações, destacamos a que se refere ao tempo de uso de máscaras. O GT recomendou que as máscaras cirúrgicas fossem utilizadas de 4 a 6 horas, conforme a área. No documento ainda se lê: "*Realizar a troca se suja ou úmida. Se limpa e seca, utilizar uma por plantão*".

Ainda sobre o uso de máscaras cirúrgicas a professora Rossana Pulcineli Vieira Francisco fez a seguinte declaração na reunião do CD-HU de 14/07/2020: *“O estoque de máscaras, no formato de distribuição atual, é suficiente para abastecer o hospital por 14 semanas. Caso a troca seja feita a cada duas horas, o estoque é suficiente para fornecimento por aproximadamente 4 semanas”*. Diante deste posicionamento foi sugerido que a Superintendência fizesse um estudo e apresentasse uma proposta sobre o tempo para troca de máscaras, procurando equilibrar a segurança dos trabalhadores e a sustentabilidade do estoque. Este estudo foi realizado?

3. Sobre afastamentos

Ressaltamos que o afastamento de funcionária(o)s de grupos de risco deveria ser colocado como um direito e que, no nosso entendimento, isso não caracteriza concessão ou benefício. Como colocado anteriormente, defendemos a garantia da saúde e da vida das pessoas que trabalham no HU e, para isso, o CD-HU, a Superintendência e seus órgãos assessores deveriam batalhar por condições que permitissem o afastamento dessas pessoas, sem que houvesse comprometimento do fluxo de atendimentos.

Para que isso se torne viável, é necessário que haja um plano de contratações emergenciais atrelado a um conjunto claro de diretrizes sobre afastamentos, envolvendo todos os órgãos competentes (CD-HU, Superintendência, SESMT, CCIH, Comitê Executivo Não-Covid). Entendemos ser esta uma responsabilidade da Direção do HU e não nos parece razoável que a decisão dos afastamentos fique à cargo somente das chefias, seja por conta das áreas de competência, seja pelo paradoxo entre preservar a vida da(o) funcionária(o) e a manutenção dos atendimentos.

4. Sobre a comunicação

Em documento enviado via Of. GT-HU/007/14.07.2020, mencionamos a necessidade de um plano de comunicação para a comunidade do HU. Temos acompanhado a publicação dos Boletins Semanais. Seguem nossas considerações:

- a. O boletim deve ter linguagem acessível, estendendo-se para toda a comunidade do HU, inclusive usuária(o)s;
- b. Deve haver ampla divulgação para toda a comunidade do HU, inclusive usuária(o)s. Sugerimos envio por e-mail e disponibilização de impressos.

5. Sobre recuperação do HU

Dentre os objetivos e pautas do GT, acreditando que também sejam as do CD-HU e da Superintendência, está a recuperação do HU, de modo que ele possa contemplar plenamente as suas funções de assistência, ensino e pesquisa, quer no período da pandemia, quer no pós-pandemia. A elaboração de um plano de recuperação plena deve ser construída a partir de informações institucionais claras e completas e da participação de todos os agentes de interesse. Nesse sentido, entendemos que o Workshop proposto pela Superintendência – que será organizado por um comitê técnico, conforme informação do professor Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho, receberá propostas das entidades representativas e do Coletivo Butantã na Luta.

6. Sobre o orçamento do HU

Uma das atribuições do GT é elaborar propostas para a recuperação plena do HU. Para tanto é preciso ter as premissas orçamentárias, levando em conta que os orçamentos anuais do HU têm se composto por cerca de 92% de recursos da USP e cerca de 8% de recursos do SUS.

O orçamento do HU está relacionado com sua missão de Unidade de Ensino, que realiza a formação de profissionais e a pesquisa e sua missão de assistência, que é indissociável da primeira. A assistência à população de toda a região do Butantã em serviços de saúde de média complexidade confere ao HU um papel de relevância no Sistema de Saúde da região e pressupõe uma integração com a Rede de Atenção Primária, o que ainda não tem ocorrido com a intensidade e o grau de aprofundamento necessários.

Um dos motivos disso envolve a sua sustentação financeira, uma vez que quase todas as direções do HU após o ano de 2013 alegaram a necessidade de que município de São Paulo e Estado de São Paulo deveriam aportar mais recursos ao HU para que este pudesse responder plenamente a missão de assistência em toda a região.

Até o ano de 2013 o orçamento anual do HU era da ordem de 8% do orçamento da USP, o que corresponderia hoje a mais de R\$ 400 milhões/ano. Com as duas etapas do PIDV e as ações de esvaziamento que se seguiram os custos com pessoal, custeio e investimento foram fortemente reduzidos e mais ainda os serviços de assistência à população da região do Butantã. Evidentemente, isso se refletiu na redução do número de leitos e de salas cirúrgicas em atividade, no número de consultas e cirurgias eletivas e no sistema de referenciamento dos prontos socorros infantil e adulto adotado em novembro e dezembro de 2017, que parece agora que começou a ser revertido.

Sobre este ponto, o superintendente do HU enviou ao Ministério Público em dezembro de 2017 as seguintes informações:

2. Custo com a folha de pagamento dispendido em outubro de 2017, comparado com o custo de outubro de 2013.

Servidores	Custo outubro 2013	Custo outubro 2017	Custo com a inclusão 340 servidores	acréscimo com a inclusão dos 340 servidores em comparação a outubro 2017 %
CLT	R\$ 26.901.008,75	R\$ 20.253.310,55	R\$ 22.092.690,87	
Docente	R\$ 285.701,24	R\$ 193.991,25	R\$ 193.991,25	
Aposentado	R\$ 397.188,34	R\$ 268.863,04	R\$ 268.863,04	
Custo mensal	R\$ 27.583.898,33	R\$ 20.716.164,84	R\$ 22.555.545,16	8,8%
Custo anual	R\$ 358.590.678,29	R\$ 269.310.142,92	R\$ 294.141.777,24	

3. Custeio Hospital Universitário

CUSTEIO HU - Cenário 1							Cálculo acréscimo USP R\$	
	ATUAL (2017) R\$	Leitos	VALOR IDEAL CUSTEIORS	Leitos	Acréscimo USP R\$	Acréscimo Leitos	Orçamento 2017	
ORÇAMENTO USP	26.411.110,00	178	42.751.350,00	236	62%	33%	49.515.878,80	
SUS	23.104.768,80		23.104.768,80				acresc. 33%	16.340.240,00
Total	49.515.878,80		65.856.118,80				Total ideal USP	42.751.350,00

Como pode-se observar nos números fornecidos pela Superintendência em 05/12/2017, o orçamento geral do HU (pessoal + custeio) foi reduzido de R\$ 420 milhões em 2013 com 236 leitos para R\$ 320 milhões em 2017 com 178 leitos, em ambos os casos considerando que R\$ 23 milhões são oriundos do SUS.

Em 2018 houve a emenda da ALESP de R\$ 8 milhões originadas de royalties do petróleo e direcionada por unanimidade para o HU. A Direção da USP questionou a emenda e apesar de ter recebido em todo o ano de 2018 (e pela primeira vez) R\$ 94 milhões de royalties do petróleo nenhum recurso adicional foi direcionado ao HU. Independentemente da emenda, a ALESP autorizou o HU a executar um orçamento de R\$ 353 milhões em 2018, conforme orçamento sancionado em 08/01/2018, sendo R\$ 300 milhões em pessoal e encargos e R\$ 53 milhões em outras despesas correntes. A informação dada pela Superintendência é em 2018 o orçamento executado foi de R\$ 319 milhões (297 milhões orçamentários + 22 milhões do SUS), valor muito

inferior aos R\$ 353 milhões autorizados pela Alesp mesmo sem a emenda de R\$ 48 milhões.

Para o ano de 2019, a ALESP aprovou novamente (em dezembro de 2018) uma Emenda de R\$ 40 milhões para o HU (R\$ 20 milhões para pessoal + R\$ 20 milhões para custeio). A Reitoria e a Direção do HU decidiram utilizar os recursos de pessoal para contratação temporária, sob a alegação de não ampliar despesas permanentes com recursos humanos. O processo de seleção de contratações temporárias só foi iniciado no segundo semestre de 2019 e até hoje não está inteiramente concluído.

No final de 2019 a ALESP aprova novamente para o ano de 2020 outra emenda de R\$ 20 milhões para despesas com pessoal. A informação fornecida pela Superintendência é a de que este recurso foi contingenciado pelo governo do Estado.

Feitas todas estas considerações é importante que o GT-HU receba informações mais detalhadas das execuções orçamentárias finalizadas de 2017, 2018, 2019 e dos 8 primeiros meses de 2020. É fundamental que tais informações detalhem os Recursos USP orçamentários autorizados e efetivamente executados, os Recursos USP originados de Emendas ou outras receitas e os Recursos oriundos do SUS.

Chama a atenção o fato de que mesmo com aprovações de emendas nos 3 últimos anos o orçamento autorizado pela ALESP para o HU com Recursos USP parece não ter sido executado. É fundamental esclarecer este ponto.

Finalmente, é importante receber a informação sobre as ações realizadas pela Superintendência no sentido de pleitear o descontingenciamento dos R\$ 20 milhões para o HU da Emenda da ALESP de 2019.

7. Sobre Plano USP de Retorno Gradual às Atividades

Gostaríamos de conhecer o estudo que previu possíveis impactos sobre o funcionamento do HU com o retorno gradual de atividades. O maior número de pessoas no *campus* Capital ocasionará, provavelmente, aumento na circulação do novo coronavírus, ampliando, conseqüentemente, o número de pessoas infectadas e, com isso, haverá uma expansão no fluxo de atendimentos no HU, medida explicitada na seção 'Perguntas e Respostas' do documento. Qual o planejamento da Superintendência e do Comitê Executivo Não-Covid para essa situação?

Certa(os)s de sua consideração e com protestos de estima e consideração, subscrevemo-nos.

Acad. Carolina Mendes Lopes Cruz
Sr. Felipe Cavalheri
Sr. Gilberto Frachetta
Sr. Lester Amaral Junior
Profa. Dra. Michele Schultz Ramos
Profa. Dra. Primavera Borelli